

Economia

6 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, terça-feira, 9 de fevereiro de 2021

Bolsas Na segunda-feira 0,45% São Paulo 0,76% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 119.725 3/2 4/2 5/2 08/02 119.696	Salário-mínimo R\$ 1.100	Dólar Na segunda-feira R\$ 5,373 (▼ 0,21%) Últimas cotações (em R\$) 1º/fevereiro 5,474 2º/fevereiro 5,449 3º/fevereiro 5,354 4º/fevereiro 5,449 5º/fevereiro 5,383	Euro Comercial, venda na segunda-feira R\$ 6,469	Capital de giro Na segunda-feira 5,17%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 1,90%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Agosto/2020 0,24 Setembro/2020 0,64 Outubro/2020 0,86 Novembro/2020 0,89 Dezembro/2020 1,35
---	---	---	--	--	--	--	---

CARESTIA / Novo reajuste nos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha nas refinarias anunciado pela Petrobras terá forte impacto nos índices de inflação neste mês e em março, segundo economistas. Estatal reafirma que segue cotações internacionais e a variação do dólar

Alta dos combustíveis pesa no custo de vida

» SIMONE KAFRUNI

Em meio à pressão dos caminhoneiros e à desconfiança do mercado financeiro sobre interferência política nas decisões da Petrobras, a estatal anunciou ontem mais reajustes nos combustíveis. A partir de hoje, o preço médio de venda da gasolina nas refinarias da petroleira será de R\$ 2,25, aumento médio de R\$ 0,17 por litro, ou 8,17%. O valor do diesel passará para R\$ 2,24, elevação de R\$ 0,13 por litro e alta de 6,16%. Já o gás de cozinha vai custar, para as distribuidoras, R\$ 2,91 por quilo, (equivalente a R\$ 37,79 por botijão de 13kg), salto de R\$ 0,14 por kg, um aumento de 5%. Os preços tendem a ser repassados para o consumidor. A decisão terá impacto brutal na inflação, estimam especialistas.

Segundo a estatal, os preços acompanham a cotação dos produtos no mercado internacional e a taxa de câmbio. No entanto, a Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis (Abicom), alega que a estatal mantém defasagem proposital para tirar competitividade da importação dos produtos.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, estimou que a gasolina pode subir mais 5%, justamente por conta da defasagem frente ao mercado internacional. “Sobre o impacto no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), tal magnitude de reajuste na refinaria afetaria as bombas apenas no terceiro decêndio de fevereiro, com grande parte do efeito na inflação de março”, acrescentou.

Para o economista-chefe da Necton, André Perfeito, só a alta anunciada ontem para a gasolina pode ter impacto de 0,40 ponto percentual no IPCA de fevereiro. Nos cálculos de Renato Preyer Veloni, professor de Ciências Econômicas do Ibmec, em três a seis meses, os reajustes do diesel, da gasolina e

do gás de cozinha, poderão ter impacto de 1,5 ponto na inflação.

Ontem pela manhã, em conversa com apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o novo reajuste dos combustíveis iria “gerar chiadeira, com razão”. Mais tarde, reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o problema e depois, em solenidade no Palácio do Planalto, voltou a comentar o assunto.

“Jamais tabelaremos seja o que for. Jamais praticaremos qualquer intervenção. O ideal é o dólar baixar. Mas baixa como? Com o parlamento colaborando na votação de projetos que possam mostrar que temos responsabilidade. Com essa responsabilidade, o dólar baixa quase automaticamente”, apontou.

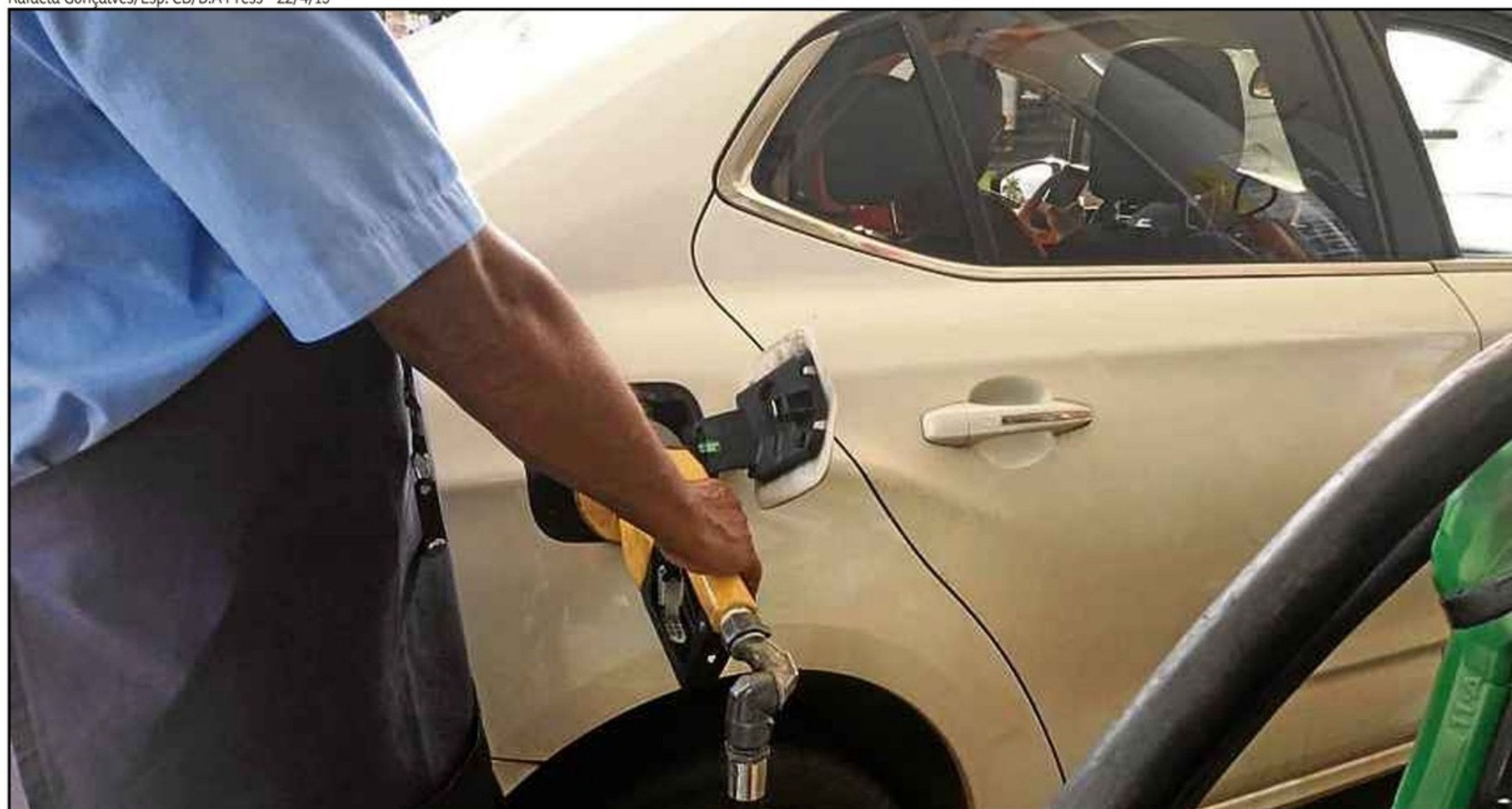
Mudanças

Na semana passada, Bolsonaro reuniu-se com vários ministros e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e anunciou que o governo estuda um projeto de lei para diminuir o peso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos preços. Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o projeto pode ser apresentado ainda nesta semana.

Na coletiva com Bolsonaro, Castello Branco assegurou que não há interferência do governo nos preços da Petrobras. Em nota, no entanto, a estatal admitiu uma mudança. “No primeiro semestre de 2020, dada a alta significativa da volatilidade de preços de combustíveis, a Petrobras decidiu estender de trimestral para anual o período limite de apuração da aplicação da política de preços”, informou.

Segundo a estatal, a mudança não rompe o compromisso de alinhamento ao mercado internacional, embora em determinados trimestres os preços possam, eventualmente, ficar abaixo da paridade. (Colaborou Ingrid Soares)

Rafaela Gonçalves/Esp. CB/D.A Press - 22/4/19



Entre a pressão dos caminhoneiros e a desconfiança do mercado sobre interferência na Petrobras, o governo busca alternativa tributária para segurar preços

Energia pode subir 14,5% em 2021

Uma projeção feita pela TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada ao setor elétrico, por meio do Serviço para Estimativa de Tarifas de Energia (Sete), aponta que as tarifas residenciais de energia terão aumento médio de 14,5% em 2021. A maior elevação será no Centro-Oeste, de 21,2%, e a menor, no Sul, de 12,2%. O estudo considera dados de todas as 53 distribuidoras do país, além de sete permissionárias.

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira não confirmou o índice. O dirigente afirmou que haverá aumento, e que estarão incluídos no reajuste R\$ 3 bilhões, que correspondem a um

quinto do pagamento do empréstimo feito no ano passado às distribuidoras pela Conta-Covid, criada para evitar alta excessiva de preços ao consumidor. Madureira explicou, porém, que não pode cravar um percentual porque cada distribuidora terá o cálculo de reajuste avaliado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O maior aumento esperado pela TR Soluções é, justamente, no segmento de distribuição, com elevação de 15,5%. “Esse aumento do custo do serviço de distribuição é pressionado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços — Mercado), que ficou em 23,14% no ano passado. Parte das distribuidoras tem suas receitas reajusta-

das pelo IGP-M e a outra parte pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou o ano em 4,52%.

A compra de energia sofreu aumento de 9,5% em relação a 2020. “A maior parte dos custos financeiros que as empresas teriam repassado às tarifas em 2020, em decorrência da sobrecontratação de energia e da queda do mercado, foi coberto pelo empréstimo de R\$ 15 bilhões da Conta-Covid — e o pagamento dessa dívida, em cinco parcelas, começa em 2021”, explicou a TR Soluções. De acordo com a empresa, os custos associados ao serviço de transmissão de energia também pesarão no reajuste médio de 14,5%. (SK)



Raul Velloso

“Diante da gigantesca crise, do alto grau de desaquecimento da economia, a exemplo do que ocorre no resto do mundo, há pouca escolha: mais vale salvar vidas do que praticar contenção monetária”

Para ajustar o foco

A eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, o sumiço do ministro da Saúde e a euforia do início do processo de vacinação desviaram momentaneamente o foco das atenções da tarefa mais importante que tem sacudido o país (e o mundo) desde março de 2020: o enfrentamento definitivo da covid-19.

Mudam os atores, mas o filme, infelizmente, continua trágico. Curada a ressaca da comemoração da eleição dos presidentes das duas casas legislativas, antes de sentar com o governo para traçar a estratégia de ação a implementar, seria preciso que eles entendessem, primeiro, que continuamos em uma situação emergencial, ou seja, uma nítida economia de guerra, em que os problemas são gigantes e muita coisa do rol de soluções que não se admitiria numa situação de paz pode agora fazer todo o sentido. Aqui se encaixa a decisão tomada em 2020 de injetar recursos nos estados e municípios

para cobrir perdas de receitas, maiores gastos em saúde e um efetivo programa de auxílio emergencial aos efetivamente necessitados. Têm de fazer ouvidos de mouco à choradeira dos mercados financeiros e de seus aliados no governo por menores gastos e menor emissão de moeda. Diante da gigantesca crise, do alto grau de desaquecimento da economia, a exemplo do que ocorre no resto do mundo, há pouca escolha: mais vale salvar vidas do que praticar contenção monetária.

Feito o diagnóstico dos problemas diretamente ligados à pandemia e montado um plano de ação, dever-se-ia rever o relativo aos problemas mais antigos antes identificados e ainda não solucionados, para reiniciar seu processo de equacionamento no momento que desse, não necessariamente agora. Nesse contexto, o diagnóstico e soluções apresentadas anteriormente pela atual equipe econômica precisam ser revistos, pois, do ponto de vista de hoje, podem não fazer sentido.

Um exemplo é que reformas e mudanças complicadas difíceis de digerir por parte dos atingidos devem ficar fora do radar. Quando o sofrimento devido ao problema central é grande, não há como agir nos departamentos que geram ainda mais dor. Essa parte deveria ficar para a fase pós-pandemia. Se o mundo todo está fazendo isso, por que deveríamos ser diferentes?

Dito isso, os dados disponíveis mostram, primeiro, que, até agora, o governo evitou assumir a responsabilidade máxima pelo equacionamento da crise da covid. O forte negacionismo presente na ação das autoridades federais que se viu até agora, em contraste com o que se passava no resto do mundo, especialmente após a derrota de Trump, é chocante. Não foi por outro motivo que os governos estaduais e municipais tiveram de assumir muitas das funções que não precisariam ser suas, como no caso da produção e da aquisição de vacinas pelo estado de São Paulo. Por mais que possa haver motivação política na ação antipandemia do governador paulista, é difícil imaginar que, mesmo os políticos de boa vontade, ajam sem a motivação de seguir em frente em

suas carreiras. Assim, o recado aos novos presidentes da Câmara e do Senado que acabaram de assumir, é que o governo precisa mostrar que mudou de verdade, em relação aos pontos até agora salientados.

Caso contrário, como se pode esperar a concentração de esforços, hoje, no processo de imunização e consequente redução de óbitos, quando, lá atrás, fez-se exatamente o contrário, ao rejeitar, por exemplo, a aquisição em grande escala de vacinas de qualidade destacada pela comunidade científica?

Nesse contexto, é preciso rever a “PEC do Teto”, criada na gestão precedente, e, desde então, filha diletta dos mercados financeiros. Não sendo autoaplicável, seu principal efeito tem sido pressionar no sentido de os investimentos públicos simplesmente desaparecerem, se juntando à explosão dos déficits previdenciários no efeito devastador que também vêm causando aos investimentos há bastante tempo.

No governo, há os que afirmam não gostar de investimento nem de servidor público. Devem estar felizes, no primeiro caso, com a constatação de que a taxa de

investimento (razão entre os investimentos e o PIB) no setor público como um todo tenha caído de 4,1% para 1,5% do PIB entre 1949 e 2019, conforme calcula o IBGE (mas sem contrapartida compensatória do lado privado). O diabo é que, em muitos casos, como quando o retorno para a sociedade é alto e para o setor privado é baixo, o único jeito de ampliar a capacidade e aumentar a produtividade é via setor público. Especialmente em momentos como os de pandemia, em que a motivação privada para investir tende a desaparecer de uma maneira geral.

É fundamental, ainda, dedicar atenção ao equacionamento do problema previdenciário, pois, para cobrir os gigantescos déficits do regime dos servidores, no conjunto dos estados e municípios, é preciso retirar da margem para investir recursos acima de R\$ 100 bilhões anuais. Em que pese ter sido a única reforma com a assinatura do governo atual feita até agora, os dirigentes sequer conseguiram tornar as mudanças de regras obrigatórias para os entes subnacionais, exatamente onde o problema é mais agudo.